



## Lulismo e evismo: um balanço parcial

**Diego Pereira de Siqueira**

mestre em Ciências pelo Prolam-USP, doutorando pelo Prolam-USP,

diego.siqueira@usp.br

O presente trabalho tem por objetivo analisar o lulismo no Brasil e o evismo na Bolívia, entendidos como projetos de conciliação de classe, baseados no resgate do papel do Estado como agente econômico e promotor da diminuição da pobreza e desigualdade por meio do tripé obras de infraestrutura, expansão do mercado interno e políticas de distribuição de renda. Adicionalmente, defendemos que a chave para o sucesso desses dois governos se deve ao fato de que puderam criar a estabilidade social necessária ao aprofundamento do novo padrão exportador de especialização produtiva que começou a tomar forma na América Latina a partir dos anos 1990.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, conciliação de classes, padrão de reprodução do capital.

This article aims to analyze the Brazil's lulism and Bolivia's evism, understood both as class conciliation projects, based on the State role as economic agent and promoter of reduction of poverty and inequality through infrastructure works, internal market expansion and income distribution policies. Additionally, we advocate that the key for the success of these two governments lies in the fact they could create the social stability that was necessary to deep the new productive specialization exporter pattern, which started in Latin America after the 1990's.

**Keywords:** social movements, class conciliation, capital reproduction pattern.

### 1- América Latina: revolta anti-neoliberal e alternativas “progressistas”

No começo dos anos 2000, a América Latina testemunhou diversas mobilizações sociais que tinham por pano de fundo a insatisfação generalizada contra as políticas neoliberais implementadas na década anterior e suas consequências em termos de aumento da pobreza, desemprego e exclusão social. Exemplos desses casos foram: a revolta no Equador em janeiro de 2000, que derrubou o então presidente Jamil Mahuad; o *Argentinazo* em dezembro de 2001, quando a classe média e trabalhadores empobrecidos derrubaram o presidente Fernando de La Rúa e seu “superministro” Domingo Cavallo; e as “guerras” da Água e do Gás na Bolívia, em 2000 e 2003.

O Brasil, apesar de não ter passado por crises institucionais como as citadas acima, também não fugiu a esse quadro geral. Talvez a diferença mais marcante em relação a seus vizinhos seja que aqui havia um grande partido de oposição, construído a partir das mobilizações operárias das décadas de 1970 e 1980, fortemente enraizado nos sindicatos e movimentos sociais e que capitalizava o descontentamento generalizado para a via institucional. O Partido dos Trabalhadores (PT), nos vinte e dois anos que vão de sua criação à chegada à presidência, encarnou em diversos setores uma expectativa de mudanças que se daria no momento em que ganhasse democraticamente o poder, por meio das urnas. Nessas duas décadas, ele progressivamente passou a integrar a elite política brasileira, à medida que elegia parlamentares em diversas esferas, ganhava prefeituras e, em alguns casos, governos estaduais. Com essa experiência, o PT também foi capaz de, mantendo sua base social original, aproximar-se da burguesia brasileira, amenizando sua resistência inicial e convencendo-a de que poderia governar sem apresentar perigos à ordem.

Caso diferente do que se verificou em outros países da América do Sul, que não possuíam partidos ou organizações que canalizassem o descontentamento social. Um caso extremo nesse aspecto foi a Bolívia, país onde a crise não foi apenas de um governo, mas sim de toda a institucionalidade, posta em xeque pelo movimento social indígena por seu caráter colonial e excludente. Aqui, a alternativa que conseguiu se impor, o *Movimiento Al Socialismo* (MAS) forjou-se ao longo do próprio processo de mobilização social e crise do velho Estado neoliberal, muitas vezes nem mesmo jogando um papel protagonista, como foi o caso das guerras da água e do gás. Tendo chegado ao poder em 2005, a tarefa que o MAS e seu líder Evo Morales se impuseram foi o de *refundação* do Estado boliviano<sup>1</sup>, sua reorganização sobre novas bases que, pela primeira vez desde a independência, incluíssem a maioria indígena, extraindo sua legitimidade do consenso popular.

O lulismo e o evismo, nesse período, formaram-se como projetos de conciliação de classes e construção hegemônica realizados a partir do Estado. Apesar de originários nos movimentos sociais, consolidaram sua fisionomia a partir de sua prática de gerenciamento estatal. Por considerarmos ambos casos paradigmáticos do chamado “ciclo” de governos de esquerda, pretendemos realizar aqui um balanço parcial desses governos, defendendo a tese de que eles, pela inclusão a partir do consumo, permitiram a ampliação das bases sociais para o aprofundamento do atual padrão exportador de especialização produtiva.

## 2- Novo padrão de especialização produtiva na América Latina

Osório (in: Ferreira & Luce, 2012), a partir de um estudo da economia latino-americana nas últimas décadas, avança a proposta de que, desde o final dos anos 1980, a região vive um novo padrão de reprodução do capital, que ele define como exportador de especialização produtiva. Analisando dados que mostram o aumento do peso do setor exportador da economia e do papel cada vez maior dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) neste setor, conclui pelo esgotamento do padrão industrial diversificado, prevalecente nas décadas de 1940-1960<sup>2</sup>, e a uma reprimarização da economia da região. No entanto, ele diferencia esse padrão exportador daquele que prevalecia nas últimas décadas do século XIX e começos do XX:

*Fala-se em especialização produtiva como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (...) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como produção de petróleo e derivados,*

---

<sup>1</sup> Na Bolívia, após a independência, a centralização e modernização do Estado foram realizadas de forma externa à sociedade, impondo uma igualdade jurídica que abarcava apenas a estreita oligarquia que controlava as principais atividades econômicas. A maioria indígena foi excluída dessa modernização e continuava ligada a relações produtivas arcaicas, submetida ainda a uma violenta exploração pela elite agrária. Zavaleta Mercado (1986) fala de sociedade *abigarrada* e Estado aparente. A primeira se refere a distintos modos de produção que convivem em uma formação estatal sem se articularem entre si, sem que haja um modo de produção dominante que subordine os outros à sua lógica: a sociedade fica cindida entre formações sociais diversas, uma elite burguesa de mentalidade oligárquica e filiação externa (URQUIDI, 2007, p. 49), e a população rural indígena, com sua organização comunitária tradicional não podendo assimilar as práticas políticas do novo Estado organizado nos moldes liberais ocidentais. O resultado é um Estado aparente, incapaz de governar a totalidade social, pois não expressa a hegemonia de uma classe dirigente e que só pode se relacionar com a sociedade por meio da violência, aparecendo como uma entidade externa a ela. A eleição de Evo Morales e do MAS promete a eliminação do Estado aparente e a construção, pela primeira vez na história boliviana, de um Estado nacional.

<sup>2</sup> O período de auge, em toda a América Latina, do fenômeno populista.

*soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, maquiagem eletrônica, call center etc., articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um tipo de especialização em atividades que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região.* (2012, p. 111)

A consequência a longo prazo desse novo padrão é que, como seus principais mercados encontram-se no exterior, ele precisa do trabalhador nativo apenas como produtor, e não como consumidor. Na concorrência internacional por mercados, uma das principais vantagens comparativas do novo padrão exportador está no baixo custo da força de trabalho, com a consequente depreciação dos salários e benefícios sociais. Portanto, ele propicia uma estrutura produtiva que se afasta e se desliga das necessidades da maioria trabalhadora.

Tal depreciação das condições de trabalho e vida da massa da população reflete-se em uma tendência à crescente precarização das relações de trabalho, com o consequente aumento da marginalização e dos índices de pobreza. Pobreza essa que possui uma dimensão distinta do seu significado em períodos anteriores, pois ela inclui setores incluídos nas relações salariais formais, e não apenas mais daqueles que Marx chamou de exército industrial de reserva: a parte da força de trabalho que apenas ocasionalmente consegue uma ocupação formal na indústria.

### **3- Lulismo: reformismo fraco e apaziguamento social**

A bibliografia a respeito do fenômeno lulista já é substancial<sup>3</sup>. Um dos seus traços mais notáveis é sua aparente resiliência: apesar da progressiva perda de sua base social entre as classes médias, a partir dos escândalos de corrupção em 2005, Lula não apenas conseguiu se reeleger, como fez sua sucessora, terminando seu segundo mandato com altos índices de aprovação.

Não tendo, como Evo Morales, a tarefa de reconstruir uma nova institucionalidade a partir de uma crise geral de legitimidade do Estado, Lula mostrou-se hábil na construção e gestão de consensos entre forças políticas tradicionais com o objetivo de garantir a “governabilidade” de sua gestão. Sem intenção de alterar a lógica das políticas públicas ou a estrutura produtiva do capitalismo brasileiro, o lulismo mostrou-se ser, na definição de Ricci (2013, p. 94) um processo de inserção de amplas massas marginalizadas ao mercado de consumo de classe média a partir da mediação do Estado.

A analogia entre o lulismo e o populismo clássico da Era Vargas carece de maiores definições, e na maioria das vezes limitam-se a revelar as semelhanças de estilo pessoal da relação entre os dois presidentes com a “massa”. Apesar da gestão Lula ter resgatado o papel do Estado como promotor do desenvolvimento social, este resgate se dá sob novas bases e marcos teóricos, não podendo ser equivalente ao Estado nacional-desenvolvimentista dos anos 1940-1950. Vejamos algumas diferenças.

O populismo varguista constituiu um programa de modernização econômica que tinha na indústria o seu motor, em uma época de crise do padrão primário-exportador latino-americano, decorrente da crise mundial capitalista. Vargas, para consolidar uma base social para seu projeto de industrialização orientado pelo Estado, atraiu as massas proletárias, recém-ingressas do campo, mediante a concessão de direitos sociais garantidos pela legislação trabalhista. Tais direitos tinham como alvo específico esse

---

<sup>3</sup> Entre os inúmeros estudos, nos referenciamos em Singer (2012), Braga (2012) e Ricci (2013). A propósito, em um dos capítulos deste último há um levantamento da bibliografia existente, a qual recomendamos ao leitor.

proletariado urbano, ou seja, tratava-se da inclusão social de agentes econômicos, que teriam um papel determinante no projeto de industrialização.

O lulismo não liderou um projeto de modernização econômica, mas constituiu-se como um processo de inserção das massas precarizadas ao mercado de consumo da classe média, ou seja, uma inclusão via direitos individuais, e não sociais. O eixo econômico pauta-se pelo aprofundamento do novo padrão de reprodução capitalista, exportador e de especialização produtiva, em que a economia brasileira e latino-americana aprofunda sua integração a cadeias globais do capitalismo, abandonando definitivamente qualquer projeto de industrialização independente, tal como o populismo clássico.

É na relação com o setor precarizado da classe trabalhadora que encontra-se a maioria das explicações sobre o lulismo. Ruy Braga (2012, p. 19) o definirá como *precariado*: “a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considera-la própria à reprodução do capitalismo periférico”. Já André Singer (2012, p. 19-21), retoma o conceito de *subproletariado*: uma “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente”, que não tendo condições de ser absorvida pela indústria e se elevar à condição proletária, é absorvida pelo setor de serviços, em sua maioria informal. Já Ricci (2013: 181) fala de “classes trabalhadoras desorganizadas, desideologizadas e pragmáticas”, ressaltando a dificuldade de construção de uma práxis social independente e um horizonte ideológico comum por parte dessas frações precarizadas do proletariado brasileiro.

Singer avalia que a chave explicativa para o sucesso do lulismo reside no realinhamento eleitoral operado entre o primeiro e o segundo mandatos de Lula, quando o eleitorado tradicional de classe média do PT afasta-se desse enquanto o subproletariado adere em massa ao projeto lulista em razão do sucesso de seus programas sociais. O subproletariado brasileiro, conservador e avesso às práticas de organização coletiva do proletariado industrial (sindicatos, greves e mobilizações de rua), emprestou seu apoio a Lula quando este provou sua capacidade de operar mudanças em suas condições materiais sem grandes agitações, mantendo a estabilidade política:

*O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe (ou fração de classe, para ser exato). Não o da classe trabalhadora organizada (...), mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado” (2012: p. 76-77, grifos do autor).*

O resultado prático dessa confluência seria que o lulismo representa um reformismo fraco, ou seja, introdutor de reformas que não alteram substancialmente a dinâmica de acumulação nem a institucionalidade política. Ricci (p. 15) concorda com essa avaliação, definindo o lulismo como uma “engenharia política estatal fundada na inserção social, pelo consumo, de amplas massas marginalizadas até então da vida social, política e econômica do país”. O Estado seria o *locus* fundamental dessa engenharia, pelo papel que passa a ter como patrocinador do consumo de massas e financiador da produção. O resultado seria um “pacto desenvolvimentista”: um programa de governo que combina um Estado centralizado que adota medidas anticíclicas para ativar o crescimento econômico ao lado de uma sociedade civil fragmentada e desorganizada, que se relaciona com esse mesmo Estado por meio de uma lógica clientelista e cartorial, com demandas pulverizadas e intermediadas por parlamentares.

Esse fordismo adaptado às condições periféricas dá forma a um Estado centralizado e forte em relação à sociedade civil mas que para funcionar depende, paradoxalmente, do atendimento a uma miríade de interesses locais, resolvidos mediante uma concepção pragmática do exercício do poder, o que faz do lulismo uma composição heterogênea, traduzida na coalizão presidencial, que abarca diversas legendas eleitorais.

A heterogeneidade de interesses que se propõe a representar não faz do lulismo uma coalizão amorfa, sem diretrizes definidas. Tanto suas políticas sociais, visando ao aumento do poder aquisitivo dos setores mais pobres, quanto as grandes obras de infraestrutura como as do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) apontam para uma orientação no sentido de satisfação das demandas de um bloco de diversas frações de classe, capitaneado pela grande burguesia interna. Em outras palavras, o setor mais beneficiado pelo lulismo foi um setor específico da burguesia brasileira, o grande capital nacional industrial e agroindustrial, que nos oito anos de seu governo teve a chance de “internacionalizar” suas operações.

A nosso ver, a principal lacuna da maioria dos autores citados está em que não incorporam em sua análise a atuação internacional do lulismo, ou contextualizá-lo em relação com outros governos ditos de “esquerda” no resto da América do Sul, para além de um vago “ciclo” iniciado com o esgotamento das políticas neoliberais dos anos 1990. Neste artigo, pretendemos avançar em uma interpretação global desses governos.

Berringer (2015, p. 150), partindo da teoria de bloco no poder de Poulantzas<sup>4</sup>, tece algumas considerações sobre a política externa lulista. O lulismo significou a ascensão do que designa grande burguesia interna (empresas de capital predominantemente nacional, estatais e, marginalmente, algumas multinacionais, distribuídas nos setores de mineração, agronegócio, construção civil e indústria de construção naval) ao posto de fração hegemônica na coalizão de interesses encarnada pelo presidente Lula.

A convergência de interesses do precariado (melhorias em sua situação de vida por meio de programas sociais, do aumento do crédito e da valorização do salário mínimo) com a dessa burguesia interna (que abandonou a posição defensiva dos anos 1990 para buscar a conquista de mercados na América do Sul nos anos 2000) possibilitou a criação de uma *frente política neodesenvolvimentista*<sup>5</sup>, que orientou a política externa no período lulista. Tal política externa retoma a intervenção estatal na economia por meio do aumento do crédito (principalmente com os investimentos do BNDES) para a internacionalização das grandes empresas brasileiras e pela expansão dos projetos de infraestrutura.

---

<sup>4</sup> Por esse termo, Poulantzas designa uma unidade contraditória de classes e frações de classes que exercem, de forma conjunta, o poder estatal, mas de forma hierarquizada e desigualmente distribuídas.

<sup>5</sup> A autora justifica o uso do termo “neodesenvolvimentismo” para o período lulista porque este se diferencia do desenvolvimentismo dos anos 1960 por aceitar índices mais modestos de crescimento, dar menos ênfase ao protecionismo do mercado interno e à indústria local, pela busca de mercados externos para exportação de produtos primários e manufaturados, pelo papel dado ao capital privado na criação de obras de infraestrutura (parcerias público-privadas) e, mais significativo para nosso argumento, a “aceitação de uma especialização regressiva, já que a produção se concentra em segmentos de baixa densidade tecnológica” (2015, p. 155), ou seja, aponta para a conformação do padrão exportador de especialização produtiva.

A América do Sul constitui-se no espaço estratégico prioritário para essa estratégia de expansão das grandes empresas nacionais. Balizando-se pelo conceito de regionalismo aberto<sup>6</sup> da CEPAL, Lula buscou construir um espaço econômico sul-americano sob a hegemonia brasileira: iniciativas como as obras de integração física do continente (como as do plano IIRSA), a construção da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) mostram uma política externa pró-ativa, que refletem, por exemplo, o aumento considerável de investimentos diretos brasileiros na região.

A estratégia de fortalecimento de um espaço regional próprio também visava aumentar a posição brasileira nas negociações internacionais, em especial frente às imposições dos Estados Unidos, como demonstrado nas negociações em torno da ALCA<sup>7</sup> e em outros fóruns internacionais, como as rodadas de liberalização da OMC. No entanto, o lulismo nunca buscou se contrapor de forma contundente às demandas de liberalização ou às políticas da potência hegemônica, preferindo conciliar as tendências à liberalização da economia internacional com acordos preferenciais de âmbito regional. A combinação de crescimento econômico com sucesso no combate à desigualdade, aliadas a uma diplomacia pró-ativa na promoção dos interesses das multinacionais brasileiras, levou ao fortalecimento do prestígio do modelo “lulista”, apresentado pela grande imprensa como um modelo a ser seguido por outros países da região.

#### **4- Evismo: refundação estatal e ascensão indígena**

A originalidade do processo boliviano para a constituição do evismo foi o protagonismo ocupado pelos cocaleiros, um movimento de caráter indígena e camponês, mas que soube articular em sua prática social demandas de outras classes e grupos sociais subalternos, habilitando-se a “canalizar as [suas] demandas sociais dispersas (...)” (Urquidi, 2007: p. 212).

Após articular os movimentos camponeses e indígenas, e superando uma fase de mera resistência às políticas estatais, os cocaleiros passam a adotar uma estratégia de conquista do poder político (o lançamento da sigla MAS sendo o exemplo mais claro, quando passam a disputar cargos a nível local e elegem deputados) e também a buscar aliados nas classes médias urbanas (o que ficou conhecido como “aliança do poncho e da gravata”), processo simbolizado no atual vice-presidente, Álvaro García Linera, professor universitário que passa a atuar como principal ideólogo do governo Morales.

Em seu artigo “El evismo: el nacional-popular en acción” (2006: 27, tradução nossa), Linera reconhece que a corrente política que chama de “evismo”, na verdade o MAS, “não nasce de uma proposta teórica definida”, mas da prática e do acúmulo político realizado especialmente por sindicatos camponeses indígenas, um processo que se inicia no final dos anos 1980. Segundo Linera, a novidade do “evismo” é sua ruptura com os esquemas de representação da esquerda tradicional, que via a conquista do poder como tarefa de uma vanguarda política que instrumentalizava os movimentos sociais. O MAS representaria um esforço dos movimentos sociais indígenas terem acesso direto aos postos de decisão

---

<sup>6</sup> A CEPAL (1990) define o regionalismo aberto como “(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente”.

<sup>7</sup> Para um estudo detalhado das negociações do governo Lula sobre a ALCA, ver Luce (2007).

dentro do Estado, ou seja, deixariam de ser apenas base de tal vanguarda, e sim atores diretos “que avançam da resistência à expansão e ao controle dos postos no Estado” (2006: 27, tradução nossa).

Uma das suas principais estratégias foi a apropriação do discurso da identidade indígena, reconstruído sob sua perspectiva particular:

*Mas o central na estratégia evista é que, partindo de seu indianismo flexível, núcleo unificador de sua leitura política, pode abrir-se aos mestiços, aos brancos ou a quem seja, sob a premissa de organizar um novo projeto que tenha como base outra vez a nação, embora de uma maneira diferente a respeito da ideia de nação que propunha o nacionalismo revolucionário de 1952. O núcleo unificador do social e promotor da ideia de nação é o índio. (2006: p. 27-28, tradução nossa).*

No que tange à política econômica, o MAS incorpora a demanda histórica de recuperação dos recursos naturais e sua utilização pelo Estado para promover o desenvolvimento econômico, mas, expressando a natureza de classe de seu núcleo inicial, ele prioriza a pequena propriedade familiar: “A base material do evismo é a priorização da pequena produção, individual, familiar, comunitária. É a pequena produção que tem se rebelado durante esse tempo: os cooperativistas, os cocaleiros, os microempresários, as fejuves” (p. 28).

Semelhante à periodização de Singer e Ricci, identificamos duas fases na constituição do evismo: a primeira, coincidente com o primeiro mandato de Morales, centrou-se na disputa com as oligarquias regionais concentradas na *Media Luna*, em torno da Assembleia Constituinte. A segunda fase, iniciada com a reeleição de Morales em 2009, marca o início do domínio quase incontestável do presidente e seu partido, ajudados pela alta do preço das *commodities*. Vejamos com mais detalhes cada uma delas.

A primeira fase se centrará no confronto com as antigas elites políticas e com a oligarquia regional de Santa Cruz nos debates da Assembleia Constituinte. Apoiada em seu domínio nos setores do agronegócio e recursos minerais, essas elites levantavam a bandeira da autonomia departamental e usaram da ameaça de uma possível secessão para bloquear na Assembleia artigos relativos à questão agrária ou à democracia radical proposta pelos movimentos populares.

O resultado levou ao que Durán Gil (2012: p. 2) descreve como “concertação ou pacto democrático conflitivo” entre governo e oposição autonomista. Este pacto se revela nas importantes concessões feitas às oligarquias nos artigos da nova Constituição, na questão agrária ou mesmo no processo de nacionalização “branca” efetuada por Morales, que apenas recuperou a propriedade jurídica dos recursos naturais, deixando intacta a estrutura produtiva controlada pelas grandes multinacionais do petróleo e contentando-se com um aumento de impostos que permite ao governo realizar uma redistribuição de renda através de programas sociais.

No entanto, a pressão do capital internacional, dos países vizinhos e da oligarquia impôs um limite às mudanças estruturais que o bloco histórico em torno do MAS poderia realizar. O impasse resultante gerado levou a processo, ainda em curso, de acomodação entre a nova e a antiga elite dirigente, que coincide com a segunda fase inaugurada com a reeleição de Morales em 2009. Ainda de acordo com Durán Gil, comentando sobre a justificação ideológica que Linera faz dessa acomodação:

*Conforme defende García Linera, a nova elite (caracterizada como indígena-mestiça) que subiu ao poder no governo de Morales empenha-se em compartilhar o poder com a elite tradicional, mais*

*especificamente com os setores autonomistas da região de Santa Cruz (que comandam a “Media Luna”). Assim, estaria ocorrendo na Bolívia – segundo García – um processo de ampliação das elites e que reconhece ao mesmo tempo o poder político da “oligarquia” autonomista devido a seu papel importante no desenvolvimento capitalista da região e seu impacto no resto do país. Trata-se, então, de um processo de mudança ou reforma pactuada entre a nova elite e a antiga (2012: p. 2, tradução nossa, grifos do autor).*

Vejam alguns importantes pontos que tornaram possível a pactuação entre o MAS e seus adversários oligárquicos. Em primeiro lugar, a demanda de limitação da propriedade fundiária foi uma das principais demandas dos movimentos camponeses indígenas durante o processo da Constituinte. A propriedade agrária também é a fonte da riqueza e força política e social da elite empresarial de Santa Cruz, que por isso opôs-se violentamente a qualquer sugestão de uma reforma agrária radical.

O resultado foi que o texto final continha importantes concessões, desde o nível simbólico (onde as referências à democracia direta indelegável [Art. 7] foram substituídas pela conhecida fórmula de delegação de poderes da democracia representativa), até importantes questões sobre a autonomia dos territórios indígenas e o tamanho da propriedade agrária. Por exemplo, no artigo 394, as referências anteriores de garantias estatais às comunidades comunitárias ou coletivas sobre sua intocabilidade e imprescritibilidade e aos direitos das comunidades interculturais foram substituídas por referências à proteção legal de proprietários particulares “cujos prédios se encontrem localizados ao interior de territórios indígenas originários camponeses” (Ayerbe, 2006: 208-209).

Para Reis (2010: 15), também é produto da própria estratégia masista, que não “possui uma postura antissistêmica, mas uma plataforma socialista que avança dentro dos limites impostos pela correlação de forças”. Ainda segundo esse autor (2010: 20):

Se até 2002 o MAS tinha um discurso fortemente indigenista, a partir de 2005, ano da vitória eleitoral para presidente, seu apelo era claramente para todo o país, e as referências ideológicas de esquerda foram gradativamente sobrepujando as questões étnicas como as mais presentes. Já não tinha mais um teor “antimodernista” de defesa de um “sistema comunitário”, mas assumia um tom “modernizador e não explicitamente anticapitalista”, advogando inclusive pelo investimento em infraestrutura com o apoio ao empresariado nacional.

Essa evolução também fará o MAS passar a ver com bons olhos a presença de grandes empresas multinacionais, aceitando os esquemas de integração regional capitaneados pelo Brasil, sob o argumento de que era preciso desenvolver a infraestrutura do país para atrair investimentos estrangeiros.

Adicionalmente, o Brasil, ao lado da Argentina, trabalhou para que as diferenças entre governo boliviano e oposição não transbordassem os limites constitucionais, oferecendo seu apoio a Morales e isolando a oposição quando esta realizou seus maiores atos de violência. Isso em razão da importância geopolítica que a Bolívia tem para o Brasil. Para esse, não interessava nem uma ruptura do país, como ameaçava a oposição, nem uma radicalização que ameaçasse os investimentos brasileiros no país, concentrados na área de integração regional, energia e agronegócio. Por isso, a diplomacia brasileira apostou em um processo de diálogo que, implicando em concessões mútuas, abriu a possibilidade de uma solução

pactuada, em que os interesses fundamentais tanto do governo quanto da oposição e também do Brasil, foram assegurados<sup>8</sup>.

Isso remete também à postura que o governo do Brasil adotou quando da nacionalização feita por Morales em 2006. Na verdade, o projeto original do decreto governamental propunha apenas uma maior participação do Estado nas receitas advindas da exploração do gás, não um controle efetivo de toda a cadeia produtiva da indústria hidrocarburífera. O governo brasileiro de Lula, mesmo criticado pela oposição interna, adotou uma postura conciliatória, que buscava atenuar o conflito e chegar a um consenso para garantir a presença brasileira, já considerável, nas áreas de gás, energia, estradas e agroindústria. O resultado foi que o Brasil saiu dessa negociação com seus principais interesses garantidos, além de reforçar sua imagem como progressista e amigo dos movimentos sociais. O governo de Evo Morales, por outro lado, também obteve uma vitória, pois aumentou a arrecadação fiscal do Estado, necessário para seus projetos de programas de distribuição de renda e diversificação econômica, além de satisfazer uma importante demanda dos movimentos sociais que lhe deram sustentação. Adicionalmente, ao final do processo, os laços políticos com o governo brasileiro não sofreram abalos, o que foi fundamental em sua luta interna contra a oposição empresarial, como vimos.

Uma vez resolvida a disputa pelo controle do Estado, a fração encabeçada pela direção do MAS passa a dirigi-lo sem contestação séria. Nesse momento, as contradições dentro do bloco histórico, encobertas pelo confronto com a oligarquia cruzenha, passam a se manifestar. A partir de seu segundo mandato, Morales enfatiza os aspectos neodesenvolvimentistas de seu programa, destacando o papel do Estado como promotor do crescimento econômico e da justiça social, no que Garcia Linera chama de “capitalismo andino-amazônico” e que Durán Gil (2008: p. 181) chama de Estado rentista. Aproveitando-se da alta dos preços das *commodities* verificada no período recente e dos maiores impostos sobre o gás e petróleo, o governo aumentou sua capacidade de investimentos e passa a executar grandes obras públicas e programas sociais. Por outro lado, a disposição do evismo de chegar a uma acomodação com os setores oligárquicos e boas relações com as empresas multinacionais o obriga a adotar políticas que se chocam com setores do movimento popular organizado. Vejamos alguns exemplos.

Em dezembro de 2010, o governo boliviano anunciou um aumento geral nos preços dos derivados de petróleo. O argumento inicial utilizado foi que essa medida tinha por objetivo desestimular o contrabando de gasolina para os países vizinhos através do nivelamento do preço interno do barril de petróleo com os preços internacionais. No entanto, alguns dias depois, em uma conferência de imprensa, Morales admitiu que “Con El precio actual ningún sócio puede invertir para sacar más petróleo; ése es el tema de fondo”<sup>9</sup>.

Por conta dos protestos, o governo foi obrigado a revogar o decreto alguns dias depois, prometendo voltar a aplicá-lo mais gradativamente, para minimizar o impacto sobre o custo de vida da população. Tal medida revelou a dependência boliviana frente às grandes empresas transnacionais do petróleo, mesmo após a suposta “nacionalização” dos recursos naturais ocorrido em 2006.

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, é sintomática uma declaração de Celso Amorim, então ministro das relações exteriores do Brasil, durante uma viagem internacional, em pleno debate constituinte boliviano. Ele disse que a liberação de empréstimos do BNDES para a compra de maquinário agrícola, já aprovados, dependeria de como fossem tratados os agricultores brasileiros sediados na Bolívia. Ver Luce (2007: p. 98-99).

<sup>9</sup> <http://www.plataformaenergetica.org/content/2628>. Visto em 19/07/2016.

A ênfase governamental no desenvolvimento econômico, centrado nas atividades extrativistas, encontra sua primeira grande resistência na controvérsia do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure). Lar de três etnias originárias, nos últimos anos o parque também tem sido ocupado por famílias de camponeses de outras regiões, que se dedicam em sua maioria ao cultivo de folhas de coca. O governo boliviano iniciou os planos de construção de uma rodovia, cujo desenho original estava planejado para passar no meio do parque. Os interesses envolvidos na construção dessa estrada são diversos: além da necessidade dos moradores locais de uma via mais curta que ligasse essa região ao resto do país, também há o dos colonizadores cocaleiros, das empreiteiras (em especial a brasileira OAS), e de empresários, que esperam que uma via de acesso mais rápida aos centros dinâmicos da economia e aos portos de exportação estimule o volume de seus negócios, além de petroleiras transnacionais.

Por outro lado, os habitantes do parque se opuseram aos planos de construção da estrada, julgando que ela representaria uma ameaça à manutenção do seu estilo de vida tradicional e à posse comunitária da terra. O governo, inicialmente, recusou-se a ouvir as objeções das organizações locais, que organizaram uma marcha com o objetivo de chegar a La Paz. Após serem detidos por um bloqueio policial, os indígenas foram violentamente dispersados, resultando em vários feridos. A repressão despertou indignação geral, e causou até mesmo uma pequena crise ministerial: a ministra da defesa renunciou ao cargo em protesto, e o Ministro e vice-Ministro do Interior foram obrigados a pedir demissão, responsabilizados pelo episódio. O governo, intimidado, a princípio aceitou negociar com os representantes da marcha. Não obstante, ao longo do debate sobre a necessidade da estrada, ele e diversos de seus porta-vozes tentaram desqualificar o movimento, sugerindo que por trás dele haviam ONGs estrangeiras<sup>10</sup>.

Nas regiões mineradoras de Mallku Khota (norte de Potosí) e Colquiri (região de La Paz), ao longo do ano de 2012 ocorreram graves conflitos envolvendo moradores locais, membros de cooperativas e assalariados. Inicialmente, a postura do governo foi de favorecer a grande mineração privada associada com capitais estrangeiros. Apenas após os conflitos resultarem em graves confrontos, contando mortos e feridos, é que o governo foi obrigado a intervir no sentido de estatizar as áreas disputadas, colocando sua exploração sob a responsabilidade da empresa mineira estatal, a COMIBOL (Revista Fórum, out. 2012).

Esses episódios, no entanto, não significam um governo impopular ou baseado na força. Os programas sociais e de integração possibilitaram redução dos números de pobreza e miséria absoluta, e têm permitido a ascensão econômica de indígenas, quéchuas e aimarás, fato inédito na história do país. A média de crescimento do PIB tem sido de 4.8% entre 2006 e 2012<sup>11</sup>, com o investimento público aumentando 252% (de uma média de US\$ 581 milhões entre 1999-2005 para US\$ 2.046 bilhões entre 2006-2012). Além disso, o salário mínimo teve uma valorização de 41% no mesmo período. Um setor onde a intervenção estatal se destaca é na construção de estradas: de 887 km construídos entre 2001-2005 para 1676 km entre 2006-2012. Segundo Cunha Filho (2014, p. 8), “em um país com a difícil geografia

---

<sup>10</sup> Mais uma vez, cabe a Garcia Linera justificar ideologicamente as ações do governo. Em seu livro mais recente, *Geopolítica de la Amazonia* (2012), onde, além de colocar a construção da estrada como uma necessidade de Estado, rebate as críticas de que ela estaria à serviço das necessidades de acumulação de interesses empresariais em detrimento da população indígena, sugerindo uma conspiração de ONG's estrangeiras e elites locais, para perpetuar a submissão da população local. É significativo que, para o autor, o desenvolvimento capitalista seja sinônimo de modernização e consolidação da cidadania. Quem se coloca contra ele, está a serviço de forças e interesses retrógrados.

<sup>11</sup> Estes dados e os seguintes foram tirados de Cunha Filho (2013).

da Bolívia, onde existe um sem número de povoações e comunidades isoladas e onde menos de um terço das estradas da rede fundamental se encontra asfaltada, seu peso simbólico em termos de integração nacional e efetivo em termos de integração ao mercado consumidor (e conseqüente aumento da renda) não pode ser menosprezado”. Como resultado dos programas de transferência de renda, a pobreza moderada passou de 60,6% da população em 2006 para 39,3% em 2015<sup>12</sup>, e a pobreza extrema passou, respectivamente, de 38,2% para 17,3%.

Os investimentos públicos possibilitaram o surgimento de uma classe média indígena aimará e quéchua que nos últimos anos viu aumentar seu peso social e influência política. Na cidade de El Alto, há um intenso comércio varejista movimentado por membros da etnia aimará, cuja prosperidade se torna visível com a construção de diversos sobrados de arquitetura andina<sup>13</sup>. Mistura de residências com locais de trabalho, tais edificações são um indicativo do sucesso financeiros das famílias aimarás, que dominam o comércio informal de eletroeletrônicos da região de Laz Paz, em sua maioria em contato direto com empresas familiares chinesas, movimentando um comércio com ramificações em cadeias globais.

Os cocaleros, livres da repressão que sofriam sob os governos neoliberais, puderam expandir suas plantações de coca, muitas vezes fazendo parte da expansão das fronteiras agrícolas. O caso já mencionado do TIPNIS é um exemplo claro de como os cocaleros podem agir como vanguarda de uma ampla gama de interesses, que vão de empresas multinacionais a setores da pequena burguesia comercial e de serviços. As federações sindicais de cocaleiros possuem forte representação em diversas instâncias governamentais, mantêm sua capacidade de mobilização e são frequentemente usadas contra outros setores que protestam contra as políticas do governo<sup>14</sup>.

É a essa nova classe média indígena que Evo Morales e o MAS devem a força hegemônica que conseguiram na cena política boliviana. Após os conflitos do primeiro mandato, não surgiu nenhuma figura de oposição que pudesse desafiar-los no plano eleitoral, apesar do rompimento de importantes movimentos sociais. Na corrida pelo terceiro mandato, em dezembro de 2014, Morales ganhou por enorme margem de seu adversário, tornando-se o dirigente político boliviano que ficou mais tempo no poder de forma ininterrupta. No entanto, aparecem sinais de desgaste em sua imagem. Nos últimos dez anos, o MAS se identificou de tal forma com seu dirigente máximo a ponto de se tornar um partido com fortes traços personalistas, burocratizado e hierarquizado, afastando-se da forma horizontal e ligada aos movimentos sociais de outrora.

---

<sup>12</sup> Dados do governo boliviano: [http://www.presidencia.gob.bo/documentos/mensaje\\_22\\_01\\_2016.pdf](http://www.presidencia.gob.bo/documentos/mensaje_22_01_2016.pdf). Visto em 19/07/16.

<sup>13</sup> MURAKATA, Fábio. “Burguesia aimará” faz fortuna com Evo. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/537620-burguesia-aimara-faz-fortuna-com-evo%20>. Visto em 19/07/2016.

<sup>14</sup> Segundo Diego Ayo (2013: p. 6-8): “o que se observa é uma verdadeira revolução burguesa comandada por atores de raiz indígena. Duas condições são propícias: o notável auge econômico e a permissividade política governamental. O auge propicia o parto de elites comerciantes, transportadoras, narcotraficantes, contrabandistas, importadoras e/ou construtoras, entre outras. A permissividade política permite que todas elas ou infrinjam impunemente a lei a fim de obter o ansiado processo de ‘acumulação originária de capital’, seja envolvendo-se abertamente em atividades ilícitas (casos do narcotráfico e do contrabando), seja mantendo condições institucionais funcionais para uma maior lucratividade: não pagamento de impostos (ou pagamento mínimo), salários baixos aos empregados (muitas vezes com filhos), inexistência de seguros sociais, não entrega de indenizações por demissão, preferência por mão de obra submissa e barata (mulheres e, sobretudo, crianças), entre outros traços” (Tradução nossa).

O peso da figura de Morales na condução do governo e do partido pode ser conferido no episódio do referendo de emenda a constituição, de fevereiro deste ano, que permitiria que Evo concorresse pela quarta vez à presidência findo seu atual mandato em 2020. A realização desse pleito em grande parte deve-se à ambição pessoal do presidente, mas também reflete uma dificuldade do próprio partido dirigente, que não construiu nenhuma outra figura pública nacional além de Morales que pudesse dar continuidade ao seu projeto político. A derrota no referendo por estreita margem foi a primeira grande derrota eleitoral do MAS, e que mostrou fissuras mesmo entre setores que antes apoiavam (ou mesmo que continuam a apoiar) o governo.

O MAS, embora mantendo as características de um estado rentista encravado no quadro das relações de dependência, não obstante logrou criar o que Durán Gil chama de “frações de classe burguesa de tipo nacional autônoma com base numa acumulação endógena” (2008: p. 173). Mesmo que perca o poder em futuro próximo, o evismo encontra aqui sua significação histórica. A consagração constitucional de uma ideologia nacional-popular centrada no componente indígena, na nacionalização dos recursos naturais e no resgate da soberania nacional teve que se acomodar com os princípios liberais que regem a lógica econômica do setor internacionalizado da economia, comandado pela oligarquia, e que também são consagrados nos acordos de integração regional.

Podemos assim dizer que o fim do boom das *commodities* e o desgaste eleitoral não ameaçam uma reversão das mudanças introduzidas pelo bloco histórico indígena-camponês. A ampliação das relações capitalistas e a criação de setores burgueses e pequeno-burgueses de origem indígena ampliaram a base de sustentação do Estado, não mais dependente apenas da oligarquia agroexportadora. Essa nova classe média, articulada com o partido dirigente e identificando-se com os ritos e simbologia do novo Estado plurinacional, é um fator sócio-político que merece maiores estudos a respeito e que provavelmente terá grande importância para os desdobramentos políticos do país.

## **Conclusão**

A discussão acerca da natureza dos chamados governos de “esquerda” ou “progressistas” que chegaram ao poder na América Latina nos anos 2000 em sua maioria concentra-se no que eles representam de ruptura ou continuidade com as administrações anteriores. Enquanto autores alinhados com esses governos enfatizam o que trazem de progressista em relação aos males causados pelas políticas neoliberais (em especial nas políticas sociais, que ajudaram a melhorar os índices de pobreza), outros enfatizam seus elos de continuidade. Outros demoram-se em uma classificação taxonômica (a Venezuela de Chavez representando um eixo “radical”, enquanto o Brasil de Lula representaria outro eixo, mais “moderado”, com os outros países oscilando entre ambos). Optamos, ao contrário, por utilizar primeiro o nível de análise de padrão de reprodução do capital, para situar o contexto sócio-econômico em que surgiram e atuaram os dois casos aqui analisados. A escolha de Brasil e Bolívia deveu-se a que, aparentemente representando casos extremos do processo político latino-americano, pudemos tirar conclusões observando a gênese e a trajetória do lulismo e evismo.

Em primeiro lugar, ambos sinalizam mudanças no bloco de poder de suas formações nacionais: são projetos políticos de conciliação ou pacto social que marcam a ascensão de novas frações de classe ao poder estatal: sindicalistas e antigos dirigentes de movimentos sociais, associados a uma fração da

burguesia interna, promovem a ampliação das bases sociais do atual modelo capitalista por meio de programas de distribuição de renda, projetos de infraestrutura e integração regional, mas não rejeitam ou mesmo reforçam a articulação de suas economias com o processo de mundialização e financeirização, típico do capitalismo neoliberal.

O instrumento fundamental para a construção dessa nova hegemonia é o Estado, que tem suas funções redefinidas para promover a ampliação das bases sociais do atual modelo capitalista. O aprofundamento do modelo exportador de especialização produtiva, ao aprofundar a precarização das condições de vida para a maioria da população, ameaçava causar uma desestabilização que poderia por em riscos as bases do sistema de dominação, como visto nas grandes mobilizações sociais do início do século. O lulismo e o evismo buscaram integrar essas massas subproletarizadas por meio do consumo, não realizando grandes modificações estruturais e mantendo as bases do padrão exportador especializado.

O evismo, a princípio, parece fugir a essa interpretação, pois na Bolívia o processo político foi mais conflituoso, chegando a configurar uma situação revolucionária. Enquanto o lulismo caracterizou-se pela desmobilização popular e na conciliação como ideologia estatal, o evismo recorre constantemente ao imaginário da mobilização de suas bases indígenas e da tradição revolucionária. No entanto, a originalidade do processo boliviano em relação aos vizinhos reforça nossas conclusões.

Apesar da importância da nova classe média indígena como fator de estabilidade política, ela não chega a ter grande importância em termos econômicos ou como um novo eixo dinâmico da economia. Em seus dez anos de mandato, Evo Morales não modificou a estrutura fundiária e a matriz produtiva do país, que manteve sua dependência da exportação de *commodities*. A maior parte dessa classe média concentra-se na atividade do comércio informal, enquanto a maioria das atividades produtivas ainda encontra-se nas mãos das antigas elites agroindustriais de Santa Cruz. Portanto, a política de “capitalismo andino-amazônico” do evismo conforma-se ao padrão de exportação especializada do resto da América do Sul.

Lulismo e evismo, em suma, são projetos de conciliação de classe que, implicando em modificações no bloco de poder em seus respectivos países, buscam ampliar as bases sociais para uma acomodação entre os interesses de um setor da burguesia interna com as imposições de maior abertura econômica frente ao capital internacional. A estratégia principal para a inclusão social se dá por via do consumo de classe média. A complexidade da realidade sul-americana, com sua grande população marginalizada e níveis desiguais de desenvolvimento econômico, torna necessário que o Estado, tal como na definição gramsciana de revolução passiva, assumo o papel de criar uma hegemonia mediante a incorporação das classes subalternas via distribuição de recursos.

Entretanto, nada indica que lulismo e evismo sejam os paradigmas de um modelo destinado a durar. A falta de mudanças estruturais significa, com a tendência à reprimarização da economia, que a região continuará a ser extremamente vulnerável aos abalos do capitalismo internacional. Esses abalos colocam em risco a unidade no bloco de poder, rompendo a capacidade de conciliação entre a burguesia e setores populares. Cada um em sua especificidade, o lulismo como um programa reformista e o evismo como uma revolução burguesa em uma economia dependente, mostraram os limites à transformação social na América Latina nos marcos do atual padrão de reprodução do capital.

## Bibliografia

AYERBE, Luiz F. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 83: 179-216, 2011.

AYO, Diego. *La revolución burguesa de raigambre indígena*. In: PUKARA, # 80, La Paz, abril 2013, p. 6-8.

BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CUNHA FILHO, Clayton M. *El “proceso de cambio” en Bolivia: un balance de ocho años*. *Revista Tinkazos*, Nº 35, La Paz, 2014, p. 137-153.

GIL, Aldo D. Análise marxista do processo político boliviano pós-2005. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf). Acessado em 10/06/2016.

\_\_\_\_\_. *Bolívia: duas revoluções nacionalistas?* *Perspectivas*, São Paulo, V. 33, p. 157-189, jan/jun 2008.

\_\_\_\_\_. *Entre la soberanía y la dependencia: la política externa boliviana bajo el gobierno de Evo Morales*. VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Quito, 12-14 de junho de 2012.

LINERA, Alvaro Garcia. *El evismo: lo nacional-popular en acción*. OSAL, año VII, Nº 19, 2006.

\_\_\_\_\_. *Las tensiones creativas de La revolución*. La Paz: Vicepresidencia de Estado, 2011.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica de la Amazônia*. La Paz: Vicepresidencia de Estado, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo revisitado: a política de integração regional do governo Lula*. Porto Alegre, 2007 (Tese de Mestrado).

MERCADO, René Zavaleta. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI, 1986.

REIS, Guilherme. *A social-democracia do MAS: Nem revolução, nem populismo na Bolívia*. Caxambu, 2010. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1578&Itemid=350](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1578&Itemid=350). Acessado em 10/06/2016.



Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina  
ISBN: 978-85-7205-159-0

RICCI, Rudá. *Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

URQUIDI, Vivian. *Movimento cocaleiro na Bolívia*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.